

Relatório
Annual de
Informações
20
14



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL

sumário

1	Quadro Social	7
2	Demonstrativo de Investimentos	12
3	Programa de Investimentos	15
4	Informações referentes à Política de Investimentos	20
5	Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas	24
6	Pareceres	36

Mensagem da Diretoria Executiva

Senhoras e Senhores,
Participantes Ativos e Assistidos da BANESES,

A Fundação Banestes apresenta o seu Relatório Anual de Informações (RAI) do exercício 2014, o qual, mais que uma exigência legal, apresenta-se como uma oportunidade de compartilharmos dos resultados de um ano intenso de trabalho, alinhado à nossa Política de Comunicação ao Participante, que preza pela total transparência das informações.

Marcado por altas turbulências, 2014 foi um ano difícil para os investidores, tanto no cenário interno quanto externo. Para a BANESES não foi diferente. No Brasil, com a realização da Copa do Mundo e as eleições presidenciais, acompanhamos uma economia instável, a renda variável apresentou grande volatilidade, principalmente quanto à desvalorização de empresas de capital misto com alta participação pública. A alta significativa do dólar, em especial no período de eleição, indicou uma massiva fuga de capital estrangeiro. Enquanto a pressão inflacionária tomou contornos preocupantes mexendo nas expectativas dos investidores e políticas contracionistas aconteceram no período pós-eleição, a Selic fechou 2014 em 11,75%, enquanto o IPCA atingiu 6,41%.

Se, por um lado, a crise econômica penalizou de maneira excessiva os ativos de renda variável, a renda fixa foi uma ótima opção, principalmente para investidores de longo prazo como a BANESES. Com o crescimento da taxa de juros básica e a alta da inflação, ativos pós-fixados se tornaram ainda mais atrativos. Os Títulos Públicos Federais em carteira, aliados à possibilidade de marcação na curva, garantiram um retorno conciso à carteira da BANESES ao longo do ano, e, com a expectativa de novas políticas contracionistas, espera-se o crescimento das taxas e novas oportunidades para a renda fixa em 2015.

Não obstante, em 2014 fechamos com déficit atuarial de R\$ 25,7 milhões, de natureza conjuntural, decorrente da não amortização do déficit atuarial apurado em 2013 de R\$ 25,5 milhões, também de natureza conjuntural, decorrente da redução da taxa de juros da meta atuarial de 6% a.a. para 5,75% a.a..

Os números, contudo, mostraram que a BANESES teve um desempenho positivo: obtivemos da PREVIC a autorização para manter a premissa da taxa de juros em 5,75% a.a. para 2014, embora as regras em vigor limitassem a taxa em 5,60% a.a.; houve rentabilidade excedente de

0,5381%, acrescentada ao reajuste dos benefícios em setembro de 2014, após cinco anos, desde a crise econômica iniciada em 2008; os recursos de investimento atingiram R\$ 1,15 bilhão ao final de 2014, representando um crescimento de 6,6% em relação ao período do ano anterior. Além disso, os recursos investidos na Fundação nos últimos dez anos renderam mais que a taxa Selic e mais que o dobro da Poupança e do Ibovespa.

Voltadas para a rentabilidade e segurança do Patrimônio da BANESES, foram desenvolvidas e implementadas ações de aperfeiçoamento na gestão, em conformidade com as melhores práticas de governança, mediante proposta da Diretoria Executiva aprovadas pelo Conselho Deliberativo, a saber:

- Alterações no Regulamento do Plano II, em aprovação na PREVIC, tais como o reconhecimento da união homoafetiva e adoção de critérios mais benéficos para a inclusão da união estável.
- Alteração estatutária com previsão de acesso do Diretor de Seguridade através de voto direto dos participantes e assistidos da Fundação.
- Revisão e elaboração de códigos, manuais, regimentos e políticas, estabelecendo regras e procedimentos a serem observados pelos grupos que se relacionam com a BANESES.
- Investimento tecnológico em controle contábil e financeiro.

Além das ações acima, a Diretoria Executiva buscou novas estratégias de relacionamento com os Participantes, com a reformulação da linguagem, foco no esclarecimento de dúvidas mais frequentes e visitas às agências, em especial para a execução do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, onde se fizeram presentes 259 Participantes ativos e assistidos. O resultado é expressivo: somente no site o acesso cresceu em mais de 90%.

Enfim, 2015 será um ano desafiador. A BANESES continuará focada na busca das melhores alternativas de investimentos seguros e compatíveis com a nossa meta atuarial, bem como da excelência no relacionamento com o Participante e da sua Educação Financeira e Previdenciária, e das boas práticas de governança, assegurando a robustez e a perenidade da BANESES.

Boa leitura!

1 Quadro Social

INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

COMPOSIÇÃO PARTICIPANTES

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
Participantes Ativos	2.076	1.965
Participantes Autopatrocínados	65	280
Participantes Vinculados	02	03
Pensionistas	252	239
Aposentadorias	1.741	1.706

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	VALORES R\$ MIL		QUANTIDADE	
	2014	2013	2014	2013
Ap. Tempo de Serviço	51.589	50.318	720	683
Ap. Antecipada	26.146	25.599	790	790
Ap. Idade	82	57	12	11
Ap. Invalidez	3.422	3.439	189	192
Ap. Especial	47	46	2	2
Benefício Proporcional Diferido	946	927	28	28
Pensão Por Morte	8.064	7.556	252	239
Benefício Prestação Única	3.650	2.372	20	14
Pecúlio Por Morte	1.167	956	18	14
Institutos	790	1.022	28	37

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2014	2013	%
Contribuição de Ativos	10.956	10.077	8,72
Contribuição de Assistidos	9.686	9.556	1,36
Contribuição de Patrocinadora	7.927	7.543	5,10
Contribuição de Autopatrocínados	378	390	(3,06)
Outros Recursos Correntes	19.084	24.001	(20,49)
Provisões / Remuneração em Atraso / Portabilidade	2.483	2.434	2,01
TOTAL	50.515	54.001	(6,46)

PROVISÕES MATEMÁTICAS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2014	2013	%
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.330.120	1.288.374	3,24
Provisões Matemáticas	1.330.120	1.288.374	3,24
Benefício Concedidos	903.075	886.821	1,83
Benefícios a Conceder	427.045	401.553	6,35

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013	Varição (%)
1. Ativos	1.335.657	1.293.736	3,24
Disponível	13	50	(74,00)
Recebível	198.257	227.402	(12,82)
Investimento	1.137.387	1.066.284	6,67
Títulos Públicos	604.775	429.560	40,79
Créditos Privados e Depósitos	95.762	111.850	(14,38)
Ações	36.644	47.116	(22,23)
Fundos de Investimento	339.958	426.541	(20,30)
Investimentos Imobiliários	25.990	16.611	56,46
Empréstimos	34.258	34.606	(1,01)
2. Obrigações	15.455	11.016	40,30
Operacional	6.191	1.592	288,88
Contingencial	9.264	9.424	(1,70)
3. Fundos não Previdenciais	15.788	15.697	0,58
Fundos Administrativos	15.788	15.697	0,58
Fundos dos Investimentos	-	-	
4. Resultados a Realizar	-	-	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.304.414	1.267.023	2,95
Provisões Matemáticas	1.330.120	1.288.374	3,24
Superávit/Déficit Técnico	(25.706)	(25.541)	0,65
Fundos Previdenciais	-	4.190	(100,00)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Valores em R\$ mil)

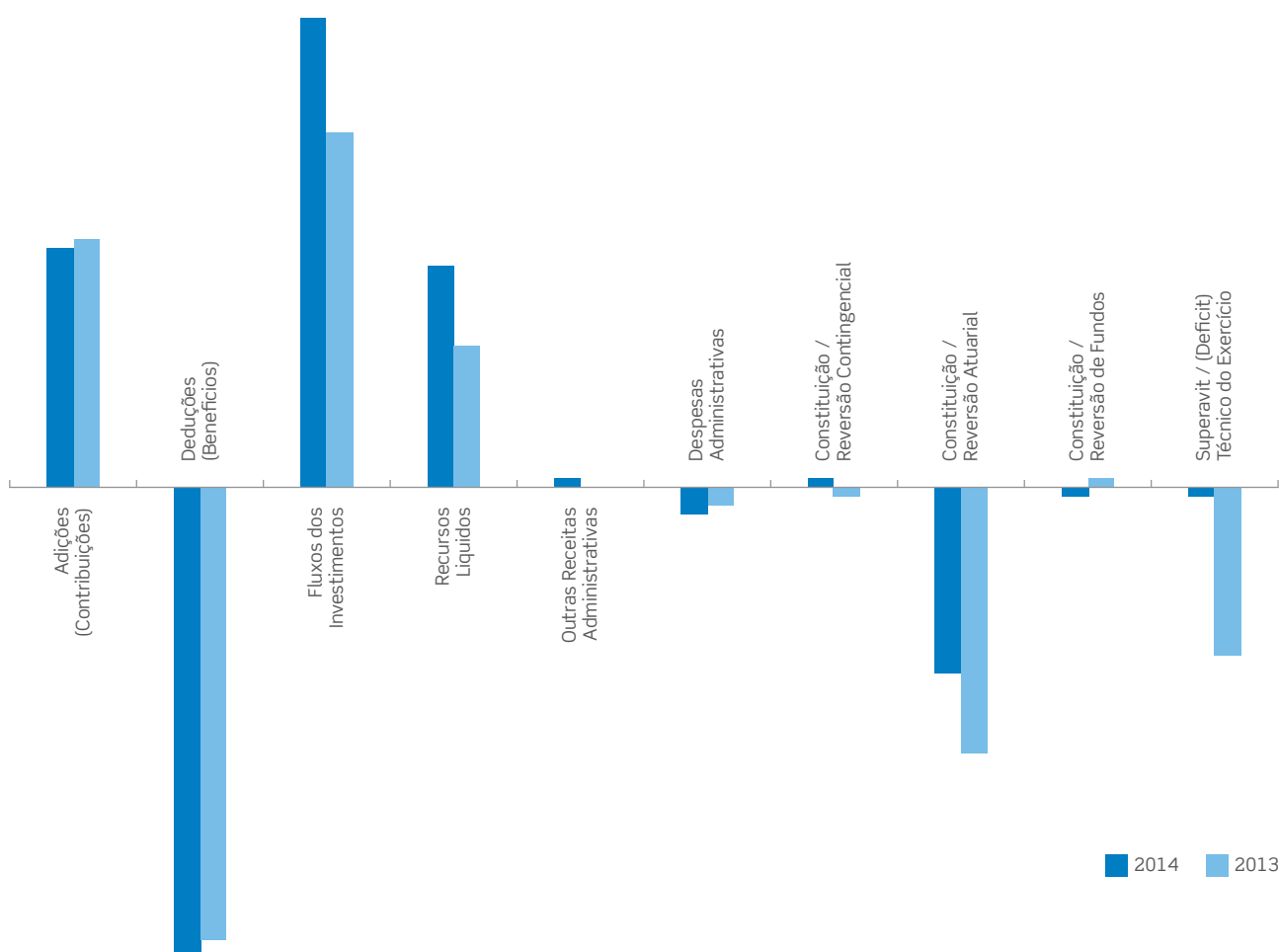
DESCRIÇÃO	2014	2013	Varição (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.267.023	1.244.431	1,82
1. Adições	147.364	126.204	16,77
(+) Contribuições	50.515	54.001	(6,46)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.826	72.203	34,10
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	23	-	100,00
2. Destinações	(109.973)	(103.612)	6,14
(-) Benefícios	(108.107)	(99.689)	8,44
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.169)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(1.866)	(1.754)	6,39
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(37.391)	22.592	(265,51)
(+/-) Provisões Matemáticas	(41.746)	59.240	(170,47)
(+/-) Fundos Previdenciais	4.190	339	1.135,99
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	165	(36.987)	(100,45)
4. Operações Transitórias	-	-	
(+/-) Operações Transitórias	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.229.632	1.267.023	(2,95)
C) Fundos não previdenciais	15.788	15.697	0,58
(+/-) Fundos Administrativos	15.788	15.697	0,58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 2014 E 2013

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em R\$ mil)

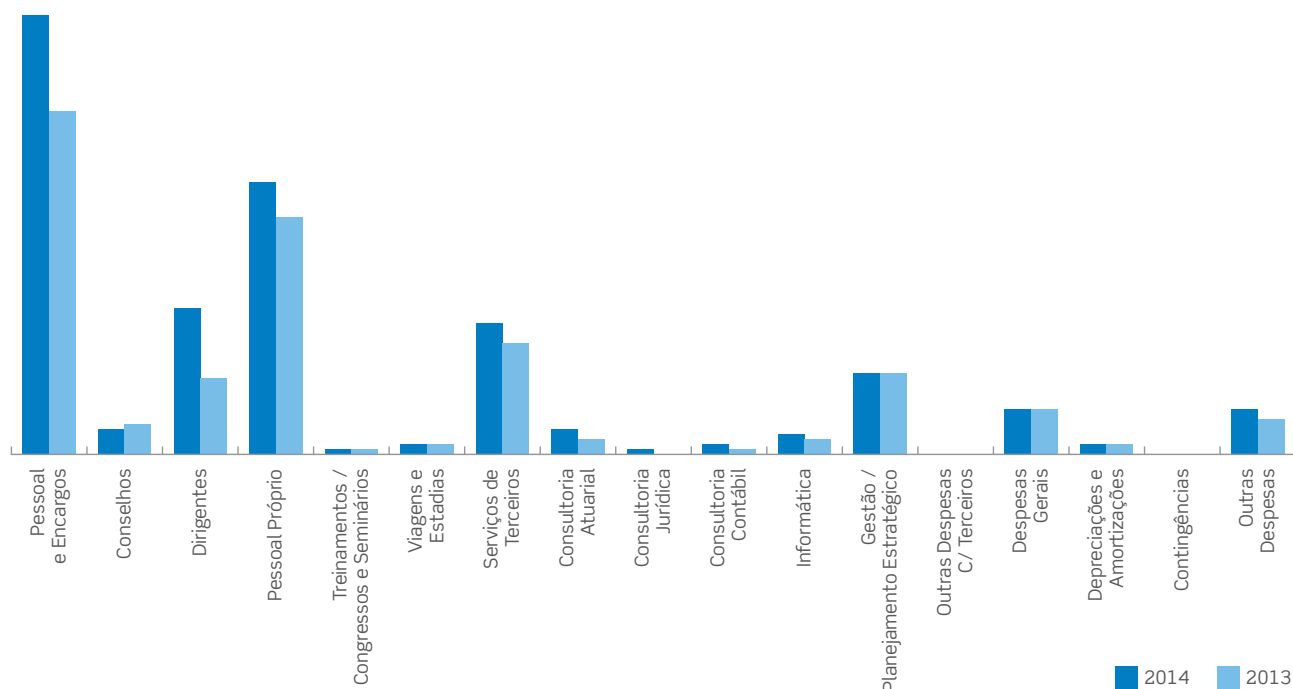
DESCRIÇÃO	2014	2013
Adições (Contribuições)	50.515	54.001
Deduções (Benefícios)	(103.917)	(99.689)
Fluxos dos Investimentos	101.466	75.544
Recursos Líquidos	48.064	29.856
Outras Receitas Administrativas	90	-
Despesas Administrativas	(6.505)	(5.785)
Constituição / Reversão Contingencial	23	(2.169)
Constituição / Reversão Atuarial	(41.746)	(59.240)
Constituição / Reversão de Fundos	(91)	351
Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	(165)	(36.987)



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

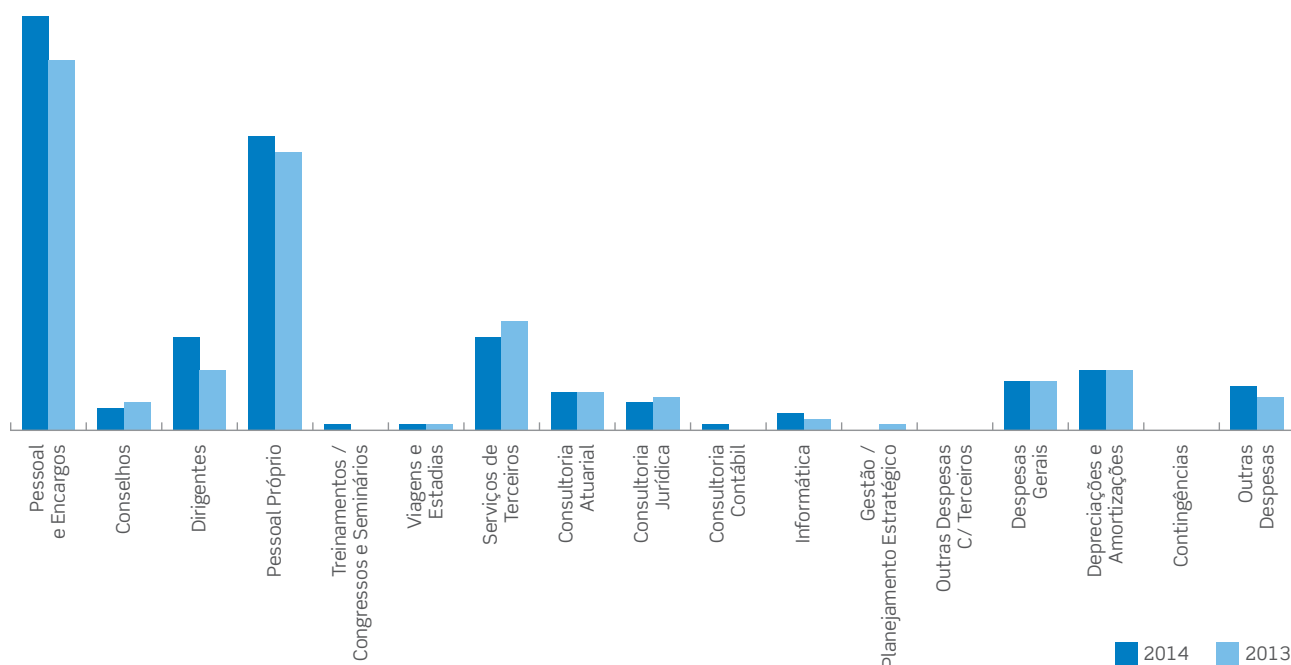
GESTÃO PREVIDENCIAL

DESCRIÇÃO	2014	2013	(%)
Pessoal e Encargos	2.240	2.019	10,96
Conselhos	139	168	(17,33)
Dirigentes	516	338	52,54
Pessoal Próprio	1.586	1.513	4,81
Treinamentos / Congressos e Seminários	32	23	40,31
Viagens e Estádias	41	40	2,12
Serviços de Terceiros	518	605	(14,45)
Consultoria Atuarial	204	230	(11,29)
Consultoria Jurídica	151	206	(26,72)
Consultoria Contábil	34	24	39,81
Informática	115	92	25,45
Gestão / Planejamento Estratégico	14	52	(73,78)
Outras Despesas C/ Terceiros	-	-	-
Despesas Gerais	285	289	(1,22)
Depreciações e Amortizações	330	330	0,04
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	256	202	26,67
TOTAL	3.702	3.508	5,52



INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2014	2013	(%)
Pessoal e Encargos	1.839	1.421	29,43
Conselhos	104	112	(7,50)
Dirigentes	600	317	89,19
Pessoal Próprio	1.136	992	14,50
Treinamentos / Congressos e Seminários	18	21	(15,85)
Viagens e Estadias	30	35	(14,15)
Serviços de Terceiros	541	458	18,06
Consultoria dos Investimentos	104	54	92,62
Consultoria Jurídica	11	-	-
Consultoria Contábil	22	16	39,81
Informática	72	55	31,33
Gestão / Planejamento Estratégico	331	332	(0,20)
Outras Despesas C/ Terceiros	-	-	-
Despesas Gerais	173	176	(1,87)
Depreciações e Amortizações	32	31	1,88
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	171	135	26,36
TOTAL	2.802	2.277	23,08



2 Demonstrativo de Investimentos

O ano de 2014 iniciou com previsões negativas sobre o mercado e que no decorrer do ano se tornaram realistas para a bolsa, inflação e para toda a atividade econômica. Continuamos a nossa responsabilidade de buscar a maior rentabilidade com risco compatível à segurança adequada ao nosso Fundo de Pensão.

O ano foi marcado pelas incertezas políticas e por uma alta volatilidade dos papéis de renda e variável. A taxa básica de juros iniciou em 10,00% a.a. e foi mantido o ciclo de aumentos que a levou a 11,75% a.a. ao final de 2014. Com um ambiente de juros altos surgiu a oportunidade de compra de títulos públicos e que a BANESES aproveitou desse momento e adquiriu expressivos lotes de Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) nos vencimentos apontados no estudo de ALM (Asset Liability Management), com rentabilidades superiores à Meta Atuarial (IGP-DI + 5,75%a.a.).

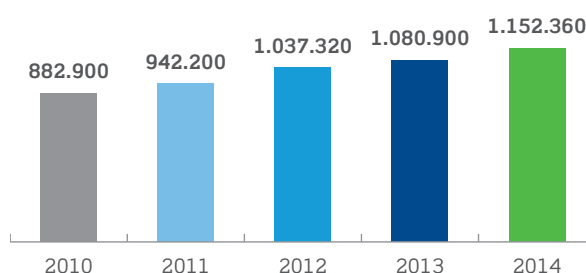
Com um ano extremamente complicado para o segmento de Fundos de Pensão em todo o Brasil, a BA-

NESES, graças à política diversificada e segura dos seus investimentos, encerrou o ano com rentabilidade acumulada de 9,26%, colaborando para que o patrimônio alcançasse R\$ 1,3 bilhões.

A seguir, apresentamos o gráfico da evolução dos Recursos Garantidores e a distribuição dos investimentos.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

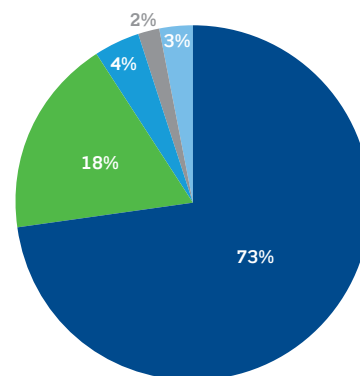
(Valores em R\$ mil)



RESUMO DOS INVESTIMENTOS

(Valores em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL		Evolução %
	DEZ/13	DEZ/14	
INVESTIMENTOS	1.080.901.126,94	1.152.340.276,91	6,61%
Investimentos em Renda Fixa	780.717.515,69	838.255.063,80	7,37%
DPGE	111.849.531,29	95.762.153,52	
LFT	85.191.232,62	91.523.528,69	
NTN - C	194.057.093,51	201.780.647,35	
NTN - B	164.007.262,63	325.663.825,46	
Fundos de Invest.	225.612.395,64	123.524.908,78	
Investimentos em Renda Variável	227.848.947,99	213.296.417,40	-6,39%
Ações Banestes	20.643.060,00	17.317.110,00	
OI PN	7.291,29	1.747,83	
EDP ON	11.043.130,05	8.727.478,11	
Bradesco PN	2.024.983,99	2.440.561,64	
Petrobras PN	5.518.838,36	3.237.632,34	
Vale PNA	7.691.550,00	4.519.050,00	
Fundo de Ações	180.732.513,66	176.652.163,00	
Dividendos à Receber	187.580,64	400.674,48	
Investimentos Estruturados	21.117.847,66	40.540.709,50	91,97%
Fundos de Participações	17.491.841,90	20.249.091,19	
Fundos Multimercado	-	15.826.176,54	
Fundo Imobiliário	3.626.005,76	4.465.441,77	
Investimentos Imobiliários	16.610.602,74	25.990.379,36	56,47%
Empréstimos aos Participantes	34.606.212,86	34.257.706,85	-1,01%



- Investimentos em Renda Fixa
- Investimentos em Renda Variável
- Investimentos Estruturados
- Investimentos Imobiliários
- Empréstimos aos Participantes

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

(Valores em R\$ mil)

FUNDO	CNPJ	Saldo Contábil	% do PL do fundo	% dos R.G.R.T	% dos recursos terceirizados
RENDA FIXA		84.832.680,42		12,57%	24,90%
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	33.706.117,53	100,00%	2,92%	9,89%
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	2.062.406,97	2,00%	0,18%	0,61%
BRASIL PLURAL HIGH YIELD FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.350.679/0001-16	19.304.646,58	1,97%	1,68%	5,67%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	04.501.865/0001-92	11.528.213,58	0,46%	1,00%	3,38%
MODAL GAIA INSTITUCIONAL RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.637.785/0001-85	2.887.823,61	4,00%	0,25%	0,85%
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	8.395.483,32	0,51%	0,73%	2,46%
XP INVESTOR FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	11.046.179/0001-34	6.947.988,83	3,47%	0,60%	2,04%
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		38.692.228,23		8,27%	11,36%
BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	11.628.865/0001-13	5.072.396,20	1,67%	0,44%	1,49%
BRZ MULTI RECEBÍVEIS II FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15.350.692/0001-75	4.961.302,88	5,00%	0,43%	1,46%
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	14.171.644/0001-57	16.883.448,73	0,72%	1,47%	4,96%
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	8.191.068,81	0,35%	0,71%	2,40%
SUL AMÉRICA CRÉDITO ATIVO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	13.823.084/0001-05	3.584.011,61	3,50%	0,31%	1,05%
MULTIMERCADO ESTRUTURADO		15.826.176,54		8,27%	4,64%
BRASIL PLURAL EQUITY HEDGE 30 FIC MULTIMERCADO	15.912.753/0001-40	5.321.364,81	0,63%	0,46%	1,56%
BTG PACTUAL EQUITY HEDGE FI MULTIMERCADO	03.960.129/0001-30	5.267.694,67	1,19%	0,46%	1,55%
XP LONG SHORT FIC MULTIMERCADO	11.616.403/0001-86	5.237.117,06	1,09%	0,45%	1,54%
AÇÕES		176.652.163,01		16,72%	51,85%
BBM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	12.220.661,60	8,23%	1,06%	3,59%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	8.816.986,21	1,72%	0,77%	2,59%
BRASIL PLURAL FIC AÇÕES	11.628.883/0001-03	4.803.345,88	3,05%	0,42%	1,41%
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	11.977.794/0001-64	10.211.667,66	0,90%	0,89%	3,00%
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	09.290.813/0001-38	17.646.038,27	2,11%	1,53%	5,18%
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FI AÇÕES	02.895.694/0001-06	17.391.848,00	9,45%	1,51%	5,10%
GÁVEA AÇÕES FIC AÇÕES	08.621.010/0001-56	17.655.611,17	5,93%	1,53%	5,18%
GUEPARDO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	08.830.947/0001-31	15.249.775,56	5,52%	1,32%	4,48%
ITAÚ CONSUMO FI AÇÕES	10.239.877/0001-93	1.885.451,28	6,08%	0,16%	0,55%
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FI AÇÕES	01.063.897/0001-65	11.684.384,63	7,63%	1,01%	3,43%
JMALUCELLI SMALL CAPS FI AÇÕES	09.550.197/0001-07	2.833.778,91	8,12%	0,25%	0,83%
PERFIN INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	12.717.760,89	8,31%	1,10%	3,73%
POLLUX AÇÕES INSTITUCIONAL I FIC AÇÕES	11.827.507/0001-30	8.280.078,22	6,76%	0,72%	2,43%
QUELUZ VALOR FI AÇÕES	09.289.072/0001-75	2.551.288,47	7,40%	0,22%	0,75%
QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	12.196.557,96	5,30%	1,06%	3,58%
RIO BRAVO FUNDAMENTAL INSTITUCIONAL FI AÇÕES	11.192.124/0001-32	8.312.833,85	11,41%	0,72%	2,44%
SAFRA SELECTION FIC AÇÕES	06.234.360/0001-34	2.642.516,01	8,84%	0,23%	0,78%
SUL AMÉRICA TOTAL RETURN FI AÇÕES	11.458.144/0001-02	5.654.526,47	6,42%	0,49%	1,66%
XP INVESTOR FI AÇÕES	07.152.170/0001-30	3.897.051,97	2,56%	0,34%	1,14%
PARTICIPAÇÕES		20.249.091,18		1,62%	5,94%
BNY MELLON GTD FIP	18.073.282/0001-12	670.003,53	1,66%	0,06%	0,20%
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	14.584.094/0001-06	3.096.864,83	1,06%	0,27%	0,91%
LACAN FLORESTAL FIP	13.812.224/0001-40	1.735.230,30	1,97%	0,15%	0,51%
RIO BRAVO ENERGIA I FIP	12.188.161/0001-30	14.746.992,52	2,74%	1,28%	4,33%
IMOBILIÁRIOS		4.465.441,77		0,34%	1,31%
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	4.465.441,77	3,33%	0,39%	1,31%
TOTAL		340.717.781,15		39,51%	100,00%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Cumprindo os limites estabelecidos na Legislação e na Política de Investimentos, os nossos investimentos apresentaram no fim do exercício de 2014 a composição abaixo:

Acompanhe o Resumo Explicativo para cada Investimento:

Renda Fixa

As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2014, o saldo de R\$ 838,3 milhões, apresentando assim uma evolução de 7,37% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2013.

Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFTs, NTN-Bs e NTN-Cs), DPGEs e Fundos de Investimentos e respondem por 72,73% da carteira de investimentos.

A rentabilidade anual dessas aplicações, medida pela TIR, foi de 12,96%, representando 118,8% da Selic apurada no ano.

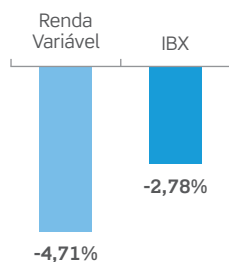
Renda Variável

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 213,3 milhões, representando 18,51% da carteira de investimentos da BANESES.

A carteira foi composta por ações Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras e Vale. Completam ainda a carteira de renda variável os Fundos de Investimentos em Ações.

A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, ficou em -4,71% enquanto que o Ibovespa apresentou uma variação de -2,91% e o índice de referência IBX foi de -2,78%.

RENTABILIDADE DE RENDA VARIÁVEL - 2014



Investimentos Estruturados

A carteira de investimentos estruturados iniciou o ano de 2014 com montante de R\$ 21,1 milhões e apresentou no exercício findo o saldo de R\$ 40,5 milhões. Este aumento se deve a alocação em Fundos de Investimentos multimercado, classificados no segmento de investimentos estruturados, esses fundos possuem uma Política de Investimentos diferenciada, e podem aplicar

em todas as classes de ativos, possibilitando a melhora da rentabilidade no segmento.

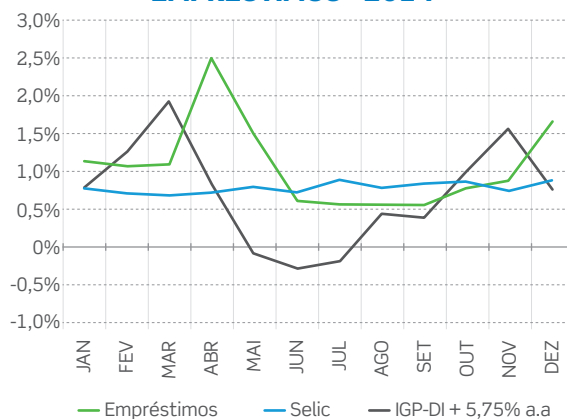
Imóveis

A cada três (03) anos, a Fundação Banestes realiza a reavaliação da carteira imobiliária do exercício em novembro de 2014. O saldo da carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$25,9 milhões, representando 2,25% dos investimentos da BANESES. O segmento de imóveis atingiu ao final de 2014 uma rentabilidade 77,39%, impactado pela reavaliação dos imóveis.

Empréstimos a Participantes

O saldo apresentado ao final do ano de 2014 de empréstimos a participantes foi de R\$ 34,5 milhões, composto por 2.021 contratos ativos equivalente a 3,0% dos investimentos da BANESES. A rentabilidade apresentada pelo segmento de empréstimos foi de 14,49%, equivalente a 132,84% do Selic e 148,68% da Meta Atuarial.

RENTABILIDADE DOS EMPRÉSTIMOS - 2014



Contrato para Cobertura do Passivo Atuarial

O contrato para cobertura do passivo atuarial, firmado com o Governo do Estado no ano de 1998, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S/A, cuja remuneração é IGP-DI + 6,00%a.a. (equivalente à Meta Atuarial), apresentou ao final do exercício de 2014 um saldo de R\$170.721.935,44.

3 Programa de Investimentos

DEMOSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO

(Valores em R\$)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	DEZ/13	(%)	DEZ/14	(%)
Renda Fixa	780.717.515,69	72,23%	838.255.063,80	72,73%
Renda Variável	227.848.947,99	21,08%	213.296.417,40	18,51%
Investimentos Estruturados	21.117.847,66	1,95%	40.540.709,50	3,52%
Investimentos Imobiliários	16.610.602,74	1,54%	25.990.379,36	2,25%
Empréstimos aos Participantes	34.606.212,86	3,20%	34.257.706,85	3,00%
Total dos Investimentos	1.080.901.126,94	100,00%	1.152.340.276,91	100,00%

PLANO DE BENEFÍCIOS

(Valores em R\$)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	DEZ/12	(%)	DEZ/14	(%)
Renda Fixa	766.100.444,79	71,85%	823.302.003,77	72,37%
Renda Variável	227.848.947,99	21,37%	213.296.417,40	18,75%
Investimentos Estruturados	21.117.847,66	1,98%	40.540.709,50	3,56%
Investimentos Imobiliários	16.610.602,74	1,56%	25.990.379,36	2,28%
Empréstimos aos Participantes	34.606.212,86	3,25%	34.257.706,85	3,04%
Total dos Investimentos	1.066.284.056,04	100,00%	1.137.387.216,88	100,00%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Valores em R\$)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	DEZ/12	(%)	DEZ/14	(%)
Renda Fixa	14.617.070,90	100,00%	14.953.060,03	100,00%
Total dos Investimentos	14.617.070,90	100,00%	14.953.060,03	100,00%

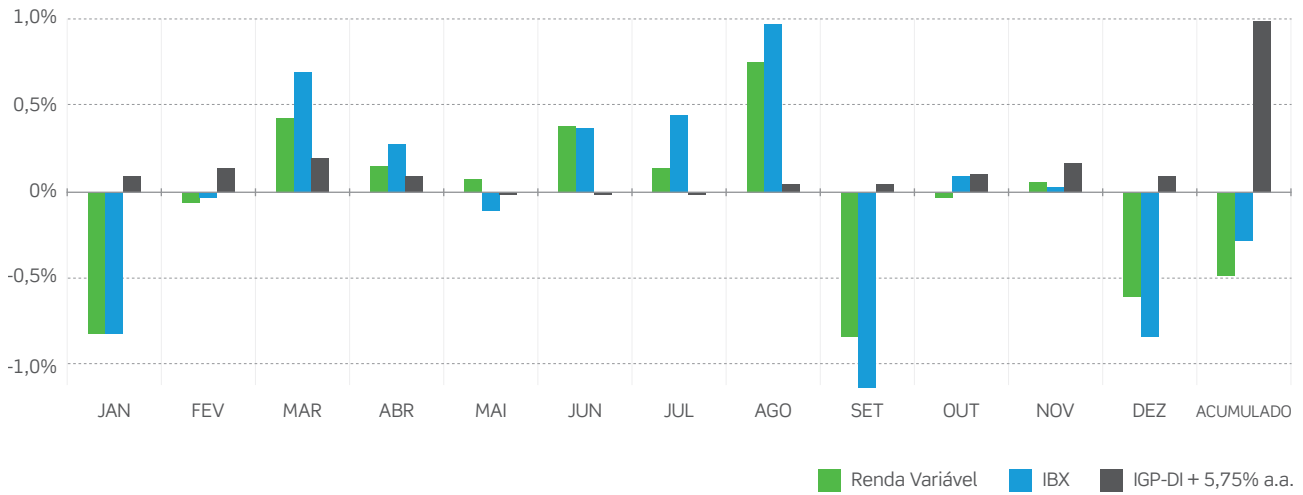
DEMOSTRATIVO ÍNDICE DA RENTABILIDADE

RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS - 2014

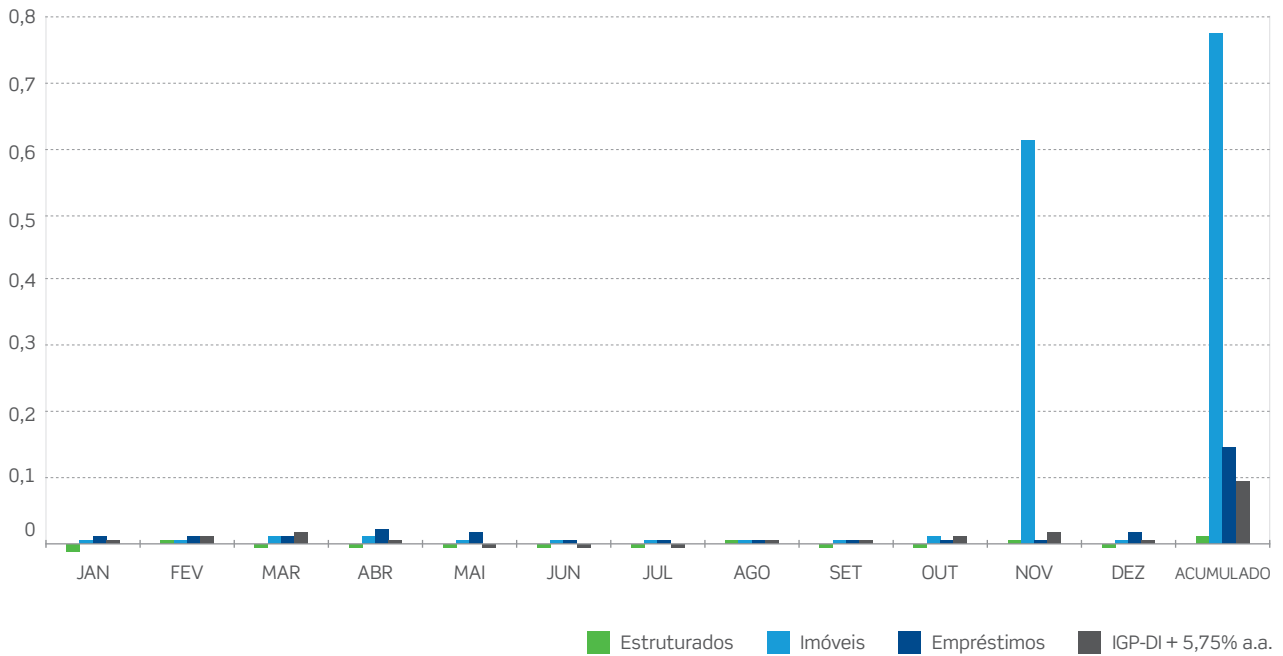
SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,00%	1,05%	1,54%	1,44%	1,00%	0,64%	0,68%	0,63%	0,87%	1,08%	1,11%	1,23%	12,96%
Renda Variável	-8,05%	-0,59%	4,32%	1,53%	0,71%	3,82%	1,37%	7,44%	-8,30%	-0,35%	0,55%	-5,93%	-4,71%
Estruturados	-1,23%	0,47%	0,16%	0,11%	-0,43%	0,14%	0,29%	0,64%	-0,34%	0,32%	0,70%	0,34%	1,15%
Imóveis	0,85%	0,90%	0,97%	0,99%	0,76%	0,95%	0,91%	0,92%	0,87%	0,98%	61,08%*	0,58%	77,39%
Empréstimos	1,19%	1,13%	1,15%	2,50%	1,54%	0,71%	0,65%	0,65%	0,65%	0,85%	0,92%	1,68%	14,49%
Plano de Benefícios	-0,63%	0,74%	1,75%	1,49%	0,88%	0,71%	0,67%	1,73%	-0,93%	0,73%	1,74%	0,04%	9,26%

* Impactada pela reavaliação dos Imóveis.

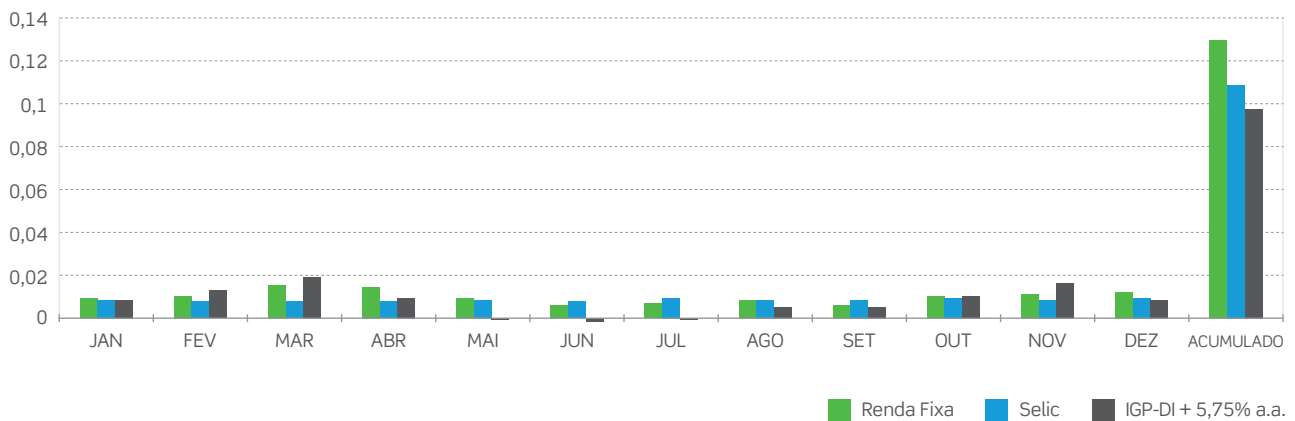
RENTABILIDADE PLANO DE BENEFÍCIOS COMPARATIVO RENDA VARIÁVEL



RENTABILIDADE PLANO DE BENEFÍCIOS COMPARATIVO ÍNDICES DE REFERÊNCIA



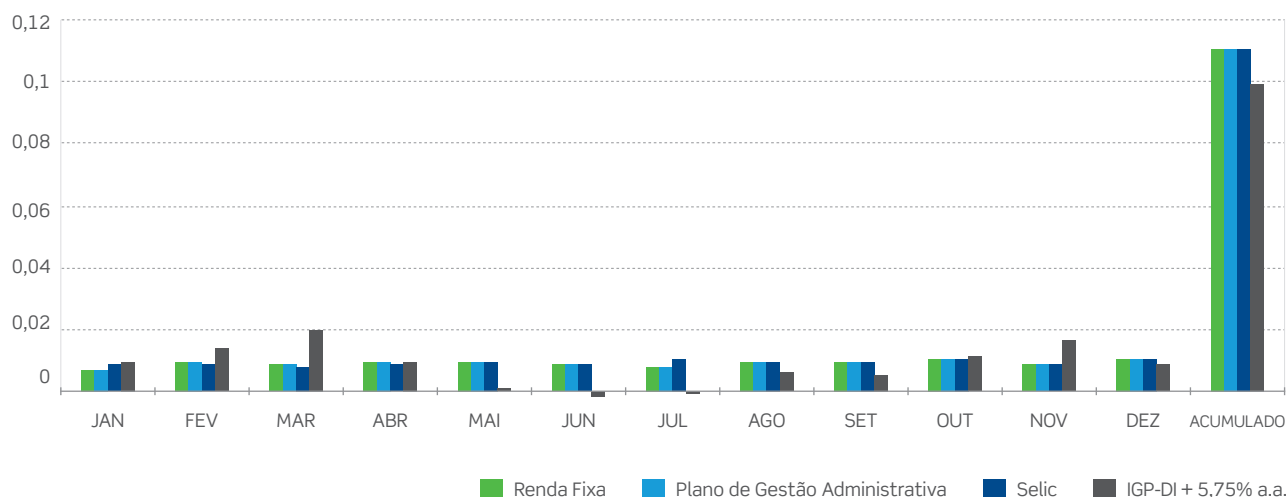
RENTABILIDADE PLANO DE BENEFÍCIOS COMPARATIVO RENDA FIXA



RENTABILIDADE DO PGA - 2014

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	0,65%	0,93%	0,83%	0,93%	0,94%	0,83%	0,73%	0,86%	0,91%	0,95%	0,84%	1,00%	10,91%
Plano de Gestão Administrativa	0,65%	0,93%	0,83%	0,93%	0,94%	0,83%	0,73%	0,86%	0,91%	0,95%	0,84%	1,00%	10,91%

RENTABILIDADE PGA COMPARATIVO ÍNDICES DE REFERÊNCIA



ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2014

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Selic	0,85%	0,79%	0,77%	0,82%	0,87%	0,82%	0,95%	0,87%	0,91%	0,95%	0,84%	0,96%	10,91%
IBX	-8,15%	-0,32%	6,89%	2,71%	-1,12%	3,62%	4,46%	9,59%	-11,25%	0,95%	0,31%	-8,26%	-2,79%
IGP-DI + 5,75% a.a.	0,87%	1,32%	1,95%	0,92%	0,01%	-0,17%	-0,09%	0,53%	0,49%	1,06%	1,61%	0,85%	9,75%

LIMITES OPERACIONAIS

BASE: RESOLUÇÃO CMN Nº 3.792 DE 24.09.2009

PATRIMÔNIO DA BANESES

ATIVO TOTAL - SALDO DA ct* 1000.00.00.0	1.336.544.289,74
(-) Exigível operacional - SALDO DA ct* 2100.00.00.0	(7.078.064,24)
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ct* 2200.00.00.0	(9.264.412,44)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.320.201.813,06
TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.152.340.277,40
(-) Constituição de provisão para ações GTD - SALDO DA ct* 1233.02.01.04	-
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	19.874,67
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	1.152.360.152,07

SEGMENTOS	ENQUA- DRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCÇÃO	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,0%	847.049.214,76	73,51%	64,16%
Títulos Federais	OK	100,0%	638.346.860,60	55,39%	48,35%
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,0%	91.523.528,69	7,94%	6,93%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,0%	527.444.472,81	45,77%	39,95%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,0%	10.394.296,54	0,90%	0,79%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,0%	8.984.562,56	0,78%	0,68%
Ativos de Renda Fixa	OK	80,0%	123.535.945,60	10,72%	9,36%
Debêntures - Carteira Própria	OK	80,0%	0,00	0,00%	0,00%
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,0%	7.735.607,33	0,67%	0,59%
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	80,0%	304.438,16	0,03%	0,02%
CDB	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	617.254,31	0,05%	0,05%
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
CRI - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	4.692,37	0,00%	0,00%
CRI - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,0%	95.762.153,52	8,31%	7,25%
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,0%	17.000.907,56	1,48%	1,29%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,0%	2.110.892,35	0,18%	0,16%
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,0%	2.110.892,35	0,18%	0,16%
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	10,0%	0,00	0,12%	0,10%
Fundos de Investimentos Financeiros	OK	100,0%	85.166.408,56	7,39%	6,45%
FI Crédito Privado	OK	100,0%	82.770.273,52	7,18%	6,27%
FI Renda Fixa	OK	20,0%	2.062.406,97	0,18%	0,16%
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,0%	333.728,07	0,03%	0,03%
ESTRUTURADO	OK	20,0%	24.714.532,94	2,14%	1,87%
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,0%	4.465.441,77	0,39%	0,34%
Claritas Logística FII	OK	10,0%	4.465.441,77	0,39%	0,34%
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,0%	20.249.091,17	1,76%	1,53%
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	10,0%	3.096.864,83	0,27%	0,23%
Bny Mellon GTD FIP	OK	10,0%	670.003,53	0,06%	0,05%
Lacan Florestal FIP	OK	10,0%	1.735.230,30	0,15%	0,13%
Rio Bravo Energia I FIP	OK	10,0%	14.746.992,51	1,28%	1,12%



SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% dos RGRT)	ALOCACÃO	(%) RGRT	(%) PL
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0%	219.752.468,05	19,07%	16,65%
Ações BANESTES	OK	10,0%	17.317.110,00	1,50%	1,31%
ON	OK	10,0%	9.481.600,00	0,82%	0,72%
PN	OK	10,0%	7.835.510,00	0,68%	0,59%
OI PN	OK	10,0%	1.747,83	0,00%	0,00%
ENBR ON	OK	10,0%	8.727.478,11	0,76%	0,66%
BRADESCO PN	OK	10,0%	2.440.561,66	0,21%	0,18%
PETROBRAS PN	OK	10,0%	3.237.632,34	0,28%	0,25%
VALE PNA	OK	10,0%	4.519.050,00	0,39%	0,34%
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,0%	176.652.163,00	15,33%	13,38%
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,0%	896.826,74	0,08%	0,07%
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	35,0%	5.559.223,89	0,48%	0,42%
Dividendos à Receber			400.674,48	0,03%	0,03%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	OK	10,0%	575.975,44	0,05%	0,04%
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,0%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	10,0%	575.975,44	0,05%	0,04%
IMÓVEIS	OK	8,0%	25.990.379,36	2,26%	1,97%
Máx. 8,00 %	OK	8,0%	25.990.379,36	2,26%	1,97%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0%	34.257.706,85	2,97%	2,59%
Empréstimos	OK	15,0%	34.257.706,85	2,97%	2,59%
TOTAL	-	-	1.152.340.277,40	-	87,29%
OPERAÇÕES COM O BANESTES	OK	10,0%	17.317.110,00	1,50%	1,31%
Ações BANESTES	OK	10,0%	17.317.110,00	1,50%	1,31%

OBSERVAÇÕES:

01 - As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais e não institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a resolução 3.792;

02 - Os critérios adotados para a classificação dos ativos incluídos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;

03 - As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;

04 - As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira, são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na resolução 3.792.

4 Informações referentes à política de investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e a do Plano de Gestão Administrativa referentes o período entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

4.1 - PLANO DE BENEFÍCIOS

Principais características do Plano:

- **Tipo:** Contribuição Variável (CV)
- **Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB):** 1998001229

- **Meta de Rentabilidade:** IGP-DI + 5,75% ao ano
- **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ):** Katya Elvira Paste
- **Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB):** Ricardo Gobbi
- **Período de Referência:** Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a BANESES poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	74,5%	30%	100%
Renda Variável	70%	18,1%	0%	40%
Investimentos Estruturados	20%	2,9%	0%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0,0%	0%	2%
Imóveis	8%	1,5%	0%	4%
Operações com Participantes	15%	3,0%	0%	15%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

A seguir apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,5% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 6% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,1% a.a.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários de um mesmo emissor - conforme estabelecido pelo §1º, art. 41, da resolução CMN nº 3.792 - devem respeitar os seguintes limites:

LIMITES DE ALOCAÇÃO EM TÍTULOS EMITIDOS POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Rating	% dos Recursos Garantidores
AAA	2,00%
AA+	2,00%
AA	1,00%
AA-	1,00%
A+	1,00%
A	0,50%
A-	0,50%

Obs: Ratings equivalentes para as agências de risco elegíveis.

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores, acumulado a cada mês por modalidade de investimentos, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA

Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Diretoria Executiva
DPGEs	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Parcerias Público-Privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Participações	Conselho Deliberativo

A gestão dos Fundos de Investimentos em Ações (FIA) deverá seguir os critérios definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, em seus respectivos processos de execução, baseada na metodologia de otimização de carteiras e seguiu os limites objetivo para aplicações e resgates, conforme as barreiras superiores e inferiores definidas. As movimentações deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme limites de alçadas definidos por esta Política de Investimentos.

No que tange à organização de seus investimentos, baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a BANESES adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. A tabela abaixo apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos *benchmarks*.

MANDATOS

Mandato	Benchmark
Carteira Renda Fixa	IGP-DI + 6% a.a.
Fundos de Renda Fixa	SELIC
Fundos Renda Fixa Índices	IMA-B
Fundos Ibovespa	Ibovespa
Fundos IBr-X	IBr-X
Fundos de Ações de Estratégia Diferenciada	IBr-X
Multimercado não Institucional	IFM
Multimercado Institucional	IFM-I

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo de Administração dos Recursos:

Mista (interna e externa)

Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:

Semestral

Critérios de Contratação de Gestores:

Capacitação técnica, estrutura de suporte e de controle, rentabilidade histórica auferida, riscos incorridos, custos, total de recursos administrados e histórico da empresa e dos controladores.

Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.

A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

"Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos a seguir, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos."

RISCO DE MERCADO Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

RISCO DE LIQUIDEZ Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

RISCO DE CRÉDITO Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.

RISCO DE LEGAL Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.

RISCO DE OPERACIONAL Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste - Diretora de Investimentos

CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 14 de janeiro de 2015

Ata CD: Livro 42 / Página 17.

4.2 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Principais características do Plano:

- **Período de Referência:** Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a BANESES poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

A seguir apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE

Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA, acumulado a cada mês por modalidade de investimento, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA

Modalidade	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

GESTÃO DOS RECURSOS

Tipo de Administração dos Recursos:

Mista (interna e externa)

Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:

Semestral

Critérios de Contratação de Gestores:

Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ati-

vos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.

A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLES DE RISCOS

"Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos."

RISCO DE MERCADO Depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

RISCO DE LIQUIDEZ Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

RISCO DE CRÉDITO Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.

RISCO DE LEGAL Está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador.

RISCO DE OPERACIONAL Está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade
Katya Elvira Paste - Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo
Data: 14 de janeiro de 2015
Ata CD: Livro 42 / Página 17.

5 Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
DISPONÍVEL	84	59	EXIGÍVEL OPERACIONAL	7.078	2.213
REALIZÁVEL	1.335.226	1.292.842	Gestão Previdencial	6.127	1.571
Gestão Previdencial	182.469	211.705	Gestão Administrativa	887	621
Gestão Administrativa	417	236	Investimentos	64	21
Investimentos	1.152.340	1.080.901			
Títulos Públicos	618.968	443.256	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9.264	9.424
Créditos Privados e Depósitos	95.762	111.849	Gestão Previdencial	9.264	9.424
Ações	36.644	47.116			
Fundos de Investimentos	340.718	427.463	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.320.202	1.282.720
Investimentos Imobiliários	25.990	16.611	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.304.414	1.262.833
Empréstimos	34.258	34.606	Provisões Matemáticas	1.330.120	1.288.374
			Benefícios Concedidos	903.075	886.821
			Benefícios a Conceder	427.045	401.553
PERMANENTE	1.234	1.456	Equilíbrio Técnico	(25.706)	(25.541)
Imobilizado	345	318	Resultados Realizados	(25.706)	(25.541)
Intangível	889	1.138	Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(25.706)	(25.541)
			Fundos	15.788	19.887
			Fundos Previdenciais	-	4.190
			Fundos Administrativos	15.788	15.697
			Fundos dos Investimentos	-	-
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.336.544	1.294.357	TOTAL DO PASSIVO	1.336.544	1.294.357

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013	%
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.282.720	1.260.818	1,74
1. Adições	152.094	129.545	17,41
(+) Contribuições Previdenciais	48.649	52.247	(6,89)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.826	72.203	34,10
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	23	-	-
(+) Receitas Administrativas	5.086	4.031	26,18
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.509	1.064	41,85
2. Destinações	(114.612)	(107.643)	6,47
(-) Benefícios	(108.107)	(99.689)	8,44
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.169)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(6.505)	(5.785)	12,45
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	37.482	21.902	71,14
(+/-) Provisões Matemáticas	(41.746)	59.240	(170,47)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	165	(36.987)	(100,45)
(+/-) Fundos Previdenciais	4.190	339	1.135,99
(+/-) Fundos Administrativos	(91)	(690)	(86,88)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.320.202	1.282.720	2,92

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.319.869	1.278.040	3,27
1. Provisões Matemáticas	1.330.120	1.288.374	3,24
1.1 Benefícios Concedidos	903.075	886.821	1,83
Benefício Definido	903.075	886.821	1,83
1.2 Benefícios a Conceder	427.045	401.553	6,35
Contribuição Definida	380.754	357.930	6,38
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	165.168	156.037	5,85
Saldo de Contas - parcela participantes	215.586	201.893	6,78
Benefício Definido	46.291	43.623	6,12
2. Equilíbrio Técnico	(25.706)	(25.541)	0,65
2.1. Resultados Realizados	(25.706)	(25.541)	0,65
(-) Déficit técnico acumulado	(25.706)	(25.541)	0,65
3. Fundos	-	4.190	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	-	4.190	(100,00)
4. Exigível Operacional	6.191	1.592	288,78
4.1. Gestão Previdencial	6.127	1.571	289,89
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	64	21	205,53
5. Exigível Contingencial	9.264	9.424	(1,70)
5.1. Gestão Previdencial	9.264	9.424	(1,70)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.697	16.387	(4,21)
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.595	5.095	29,44
1.1 Receitas	6.595	5.095	29,44
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.866	1.754	6,39
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.130	2.277	37,46
Resultado Positivo dos Investimentos	1.509	1.064	41,82
Outras Receitas	90	-	100,00
2. Despesas Administrativas	6.504	5.785	12,43
2.1 Administração Previdencial	3.702	3.508	5,53
Pessoal e encargos	2.240	2.019	10,95
Treinamentos/congressos e seminários	32	23	39,13
Viagens e estadias	41	40	2,50
Serviços de terceiros	518	605	(14,38)
Despesas gerais	285	289	(1,38)
Depreciações e amortizações	330	330	-
Outras despesas	256	202	26,73
2.2 Administração dos Investimentos	2.802	2.277	23,06
Pessoal e encargos	1.839	1.421	29,42
Treinamentos/congressos e seminários	18	21	(14,29)
Viagens e estadias	30	35	(14,29)
Serviços de terceiros	541	458	18,12
Despesas gerais	173	176	(1,70)
Depreciações e amortizações	31	31	-
Outras despesas	170	135	25,93
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	91	(690)	(113,19)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	91	(690)	(113,19)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	15.788	15.697	0,58

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.267.023	1.244.431	1,82
1. Adições	147.364	126.204	16,77
(+) Contribuições	50.515	54.001	(6,46)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	96.826	72.203	34,10
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	23	-	100,00
2. Destinações	(109.973)	(103.612)	6,14
(-) Benefícios	(108.107)	(99.689)	8,44
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.169)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(1.866)	(1.754)	6,39
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(37.391)	22.592	(265,51)
(+/-) Provisões Matemáticas	(41.746)	59.240	(170,47)
(+/-) Fundos Previdenciais	4.190	339	1.135,99
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	165	(36.987)	(100,45)
4. Operações Transitórias	-	-	
(+/-) Operações Transitórias	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.229.632	1.267.023	(2,95)
C) Fundos não previdenciais	15.788	15.697	0,58
(+/-) Fundos Administrativos	15.788	15.697	0,58

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2014	2013	%
1. Ativos	1.335.657	1.293.736	3,24
Disponível	13	50	(74,00)
Recebível	198.257	227.402	(12,82)
Investimento	1.137.387	1.066.284	6,67
Títulos Públicos	604.775	429.560	40,79
Créditos Privados e Depósitos	95.762	111.850	(14,38)
Ações	36.644	47.116	(22,23)
Fundos de Investimento	339.958	426.541	(20,30)
Investimentos Imobiliários	25.990	16.611	56,46
Empréstimos	34.258	34.606	(1,01)
2. Obrigações	15.455	11.016	40,30
Operacional	6.191	1.592	288,88
Contingencial	9.264	9.424	(1,70)
3. Fundos não Previdenciais	15.788	15.697	0,58
Fundos Administrativos	15.788	15.697	0,58
Fundos dos Investimentos	-	-	
4. Resultados a Realizar	-	-	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.304.414	1.267.023	2,95
Provisões Matemáticas	1.330.120	1.288.374	3,24
Superávit/Déficit Técnico	(25.706)	(25.541)	0,65
Fundos Previdenciais	-	4.190	(100,00)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANESESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESESES é entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, Banestes Clube de Seguros e a Fundação Banestes. A BANESESES segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a BANESESES tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda

ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

À partir de 01/05/1998, a BANESESES implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitiu que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos par-

participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre as remunerações recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 7%. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria nº 602 publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administração da BANESES. Com essa aprovação, a partir do dia 30/10/2013, o

Plano II de Aposentadoria da BANESES está fechado para a adesão de novos participantes.

Em 24 de dezembro de 2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) aprovou alteração do Estatuto da Fundação Banestes de Seguridade Social que trata dos critérios para nomeação da Diretoria Executiva da entidade. Com a alteração, o diretor de Seguridade passa a ser nomeado após eleito pela maioria dos votos diretos dos participantes e assistidos da Fundação, em consonância com o Regimento Eleitoral a ser editado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo aprovou em 2013, a instituição de novo plano de aposentadoria - Plano III de Aposentadoria - para os novos participantes da BANESES na modalidade Contribuição Definida em fase de desenvolvimento.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2014 e 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, pela Resolução do Conselho Federal de Contabi-

lidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da BANESES ocorreu em 03.03.2015.

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As contas passíveis de ajustes e eliminações são: "Superávit Técnico, Déficit Técnico, migrações entre planos, Compensações de Fluxos Previdenciais, Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA".

Essas práticas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do Exercício Social anterior.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da BANESES foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Plano	Plano Consolidado
Gestão administrativa - participação no PGA	15.788	(15.788)
Total do ativo	15.788	(15.788)
Fundo - Participação no fundo administrativo	(15.788)	15.788
Total do passivo	(15.788)	15.788

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

A) REALIZÁVEL GESTÃO PREVIDENCIAL: registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do BANESTES S/A, conforme contrato firmado em 29.06.98, no valor histórico de R\$ 147 milhões, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30.12.02 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31.12.02. O saldo devedor dessa operação em 31.12.14 é de R\$ 170.722 (R\$ 200.207 em 31.12.13).

B) REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA: em conformidade com a Resolução CGPC N° 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n° 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

Realizável Gestão Administrativa	Exercício 2014	Exercício 2013
Gestão Administrativa	417	236
Contas a Receber	49	18
Despesas Antecipadas	2	2
Outros Realizáveis	366	216

C) REALIZÁVEL INVESTIMENTOS:

RENDA FIXA: representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

RENDA VARIÁVEL: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS: estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano e, quando aplicável, ajustados de acordo com reavaliações realizadas. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

No mês de novembro/2014 foi realizada reavaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ n°. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 9.711 acima do valor contábil correspondente.

Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

Descrição	Valor Contábil (A)	Valor Reavaliado (B)	Resultado (B-A)
Edificações	16.313	26.024	9.711

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES: representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,63% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

D) PERMANENTE:

IMOBILIZADO: está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

- Móveis e Utensílios 10,00% a. a.
- Máquinas e Equipamentos 10,00% a. a.
- Sistemas de Comunicação 10,00% a. a.
- Computadores e Periféricos 20,00% a. a.
- Sistemas Computacionais 20,00% a. a.

INTANGÍVEL: sistema de benefícios próprio, desenvolvido pela Baneses e concluído em dezembro de 2012. Contabilizado no Ativo Permanente - Intangível - Desenvolvimento, com saldo em 31/12/2014 no montante de R\$ 889 (R\$ 1.138 em 2013).

E) PROVISÃO DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

- PCLD: a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução Normativa SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009. Na constituição da provisão re-

ferente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- **25%** (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- **50%** (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- **75%** (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- **100%** (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

F) ATIVOS CONTINGENTES:

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009 e pronunciamentos Contábeis - CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da BANESES em 31 de dezembro de 2014:

OBRIGAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - OFND: O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A BANESES, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC, conforme art. 10 da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei nº 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFNDs seriam reajustados pela Taxa Referencial - TR.

A BANESES é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de

Previdência Complementar - ABRAPP que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da BANESES. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a BANESES não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício nº 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

G) EXIGÍVEL OPERACIONAL: registram as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas. Registra as obrigações fiscais, a constituição da provisão sobre o 13º salário dos assistidos e dos empregados, sendo o ajuste efetuado no encerramento de cada exercício.

H) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL: é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

I) PROVISÕES MATEMÁTICAS: Foram determinadas de acordo com a Nota Técnica Atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base no Plano de Benefícios.

J) FUNDOS: são constituídos de acordo com os seguintes critérios:

FUNDO PREVIDENCIAL: Saldo transferido em 30 de junho de 2014 para o grupo de contas Exigível Previdencial em consonância com a IN MPS / SPC nº 34/2009 e alterações.

FUNDO ADMINISTRATIVO: a entidade constitui Fundo Administrativo próprio, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, apro-

vado pelo Conselho Deliberativo da Baneses, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

As mutações do exercício foram:

Discriminação	Fundo Previdencial	Fundo Administrativo	Total
Saldos em 31/12/2013	4.190	15.697	19.887
Formação / Reversão de Fundos	(4.190)	91	(4.099)
Saldos em 31/12/2014	-	15.788	15.788

K) REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS:

As adições e deduções, receitas e despesas, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em

dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

4 - INVESTIMENTOS

Em 31/12/2014 e em 31/12/2013 a BANESES possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas:

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
Títulos Públicos Federais	618.968	443.256
Notas do Tesouro Nacional	527.444	358.065
Letras Financeiras do Tesouro	91.524	85.191
Créditos Privados e Depósitos	95.762	111.849
Instituições Financeiras	95.762	111.849
Companhias Abertas	-	-
Ações	36.644	47.116
Instituições Financeiras	2.487	2.051
Companhias Abertas	16.759	24.320
Patrocinadores	17.398	20.745
Fundos de Investimentos	340.718	427.463
Renda Fixa	84.833	135.907
Ações Mercado a Vista	176.652	180.733
Multimercado	54.518	89.343
Direitos Creditórios	-	362
Participações	20.249	17.492
Imobiliário	4.466	3.626
Investimentos Imobiliários	25.990	16.611
Edificações para Uso Próprio	528	508
Edificações Locadas ao Patrocinador	24.930	15.601
Edificações para Renda	331	312
Aluguéis a Receber	201	190
Alienação de Imóveis	-	-
Empréstimos	34.258	34.606
Empréstimos	34.258	34.606
Total dos Recursos	1.152.340	1.080.901

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

A) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;

B) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando

prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Banestes.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os títulos estavam assim classificados:

Títulos Para Negociação	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2014			2013		
Renda Fixa						
Fundos de Investimentos	113.717	123.525	225.250	214.567	225.612	225.612
Direitos Creditórios ¹	-	-	-	8.439	362	362
Multimercado	35.208	38.692	89.342	75.916	89.342	89.342
Renda Fixa	78.509	84.833	135.908	130.211	135.908	135.908
Acima de 360 dias	69.542	91.524	91.524	70.287	83.493	83.493
LFT	69.542	91.524	91.524	70.287	83.493	83.493
Total - Renda Fixa	183.259	215.048	316.773	284.854	309.105	309.105
Renda Variável						
Fundos de Investimentos	176.766	176.652	176.652	175.324	180.733	180.733
Ações - FIAs	176.766	176.652	176.652	175.324	180.733	180.733
Ações	54.014	36.244	36.244	54.014	46.929	46.929
Ações Banestes	20.498	17.317	17.317	20.498	20.643	20.643
Ações OI S.A. ²	10	2	2	10	7	7
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	8.727	8.727	5.621	11.043	11.043
Ações Bradesco	1.996	2.441	2.441	1.996	2.025	2.025
Ações Petrobrás	14.174	3.238	3.238	14.174	5.519	5.519
Ações Vale	11.716	4.519	4.519	11.716	7.692	7.692
Total - Renda Variável	230.779	212.896	212.896	229.338	227.661	227.661
Investimentos Estruturados						
Total de Fundos de Participação	20.397	20.249	20.249	17.294	17.492	17.492
Total de Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado	15.000	15.826	15.826	-	-	-
Total de Fundos Imobiliário	3.850	4.465	4.465	3.300	3.626	3.626
TOTAL - Investimentos Estruturados	39.247	40.541	40.541	20.594	21.118	21.118
Títulos Para Negociação - Total	453.285	468.485	570.210	534.786	557.884	557.884

¹ O valor da aplicação em fundos de direitos creditórios corresponde ao total do montante inicial da aplicação, ao longo de 2013 o FIDC fez consecutivas amortizações, entretanto, mantendo constante sua quantidade de cotas;

² As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão;

Títulos Mantidos Até o Vencimento	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado ³	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado ³
	2014			2013		
Renda Fixa						
De 01 a 180 dias	18.000	29.753	29.741	18.000	26.247	26.260
DPGE Banco Indusval	8.000	13.451	13.447	8.000	11.680	11.678
DPGE Banco Mercantil	10.000	16.302	16.293	10.000	14.567	14.583
NTN-B	-	-	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	27.000	47.854	48.015	51.579	71.018	73.856
DPGE Banif	6.000	11.005	11.041	6.000	9.547	9.578
DPGE Bicbanco	11.000	20.128	20.251	11.000	17.463	18.091
DPGE Schahin	10.000	16.722	16.723	10.000	14.514	14.513
DPGE Modal	-	-	-	5.000	9.129	11.417
DPGE BMG	-	-	-	10.000	18.666	18.770
LFT-A	-	-	-	9.579	1.698	1.487
Acima de 360 dias	400.155	545.600	562.923	257.183	374.348	452.245
DPGE Banco Fibra	11.000	18.155	18.146	11.000	16.283	16.302
NTN - C	112.337	201.781	236.881	112.337	194.057	265.026
NTN - B	276.817	325.664	307.895	133.846	164.007	170.917
Títulos Mantidos Até o Vencimento	445.155	623.207	640.679	326.762	471.612	552.361
Total	898.440	1.091.692	1.210.888	861.548	1.029.497	1.110.245

³ O valor de mercado dos títulos públicos federais segue o divulgado pela ANBIMA para o dia 31.12.2013, enquanto o valor de mercado dos DPGEs em carteira foram calculados pela Risk Office.

5 - EXIGÍVEL ATUARIAL

PROVISÕES MATEMÁTICAS: as Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 03 de março de 2015, as provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas da seguinte forma:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS: registra, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual dos benefícios

líquidos a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

BENEFÍCIOS A CONCEDER: benefícios do plano com a geração atual - registra o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento dos referidos benefícios.

A composição do exigível atuarial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Benefícios Concedidos	903.075	886.821
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	903.075	886.821
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	792.491	779.900
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	110.584	106.921
Benefícios a Conceder	427.045	401.553
Contribuição Definida	380.754	357.930
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	165.168	156.037
Saldo de Contas Parcela Participante	215.586	201.893
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	46.291	43.623
Valor Atual dos Benefícios não programados	46.291	43.623
Total de Provisões Matemáticas	1.330.120	1.288.374

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	886.821	401.553	1.288.374
Apropriação a resultado	16.254	25.492	41.746
Saldos em 31 de dezembro de 2014	903.075	427.045	1.330.120

Hipóteses Atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

PLANO II DE APOSENTADORIA	2014	2013
Taxa real anual de juros ¹	5,75% a.a	5,75% a.a
Projeção de crescimento real de salário ^{1 2}	2% a.a	2% a.a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ¹	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ¹	Plano I (- 2% a.a)	Plano II 0% a.a
	Plano I - 2% a.a	Plano II - 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ³	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁴	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁵	AT – 49	AT – 49
Tábua de entrada de invalidez ⁶	Mercer Disability	Mercer Disability

¹ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

² A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.

³ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁴ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.

⁵ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁶ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

6 - CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC n° 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2014.

Para custeio das despesas administrativas os participantes, assistidos e patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do sa-

lário de participação e as despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60% - para a gestão previdencial e 40% - para a gestão de investimentos.

7 – CONTINGÊNCIAS

A Banestes registra uma contingência de 172 ações tramitando na justiça, das quais 64 tramitam na justiça comum e 108 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para à Banestes, no total de 52 já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31 de dezembro de 2014 no montante de 8.812 (8.910 em 2013).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Banestes apresenta um montante de R\$ 9.203 relativo às reclamações trabalhistas e R\$ 2.659 de ações cíveis e tributárias.

A Banestes é autora nas seguintes ações:

- Proposta pela ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda depende de apuração e liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.
- Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.

8 - DETALHAMENTOS DOS SALDOS DAS RUBRICAS “OUTROS”

Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas “Outros” é o seguinte:

A) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 - Outros Realizáveis	2014	2013
1. Valor a receber de ex aposentados	3.332	3.066
Total Outros Realizáveis	3.332	3.066

B) Receitas - Gestão Previdencial

Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 - Outros Recursos Correntes	2014	2013
1. Contrato do Governo	18.683	23.700
2. Eventuais	401	301
Total Outros Recursos Correntes	19.084	24.001

C) Receitas - Gestão Administrativa

Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 - Outras Receitas	2014	2013
1. Outras Receitas não Relacionadas	90	-
Total Outras Receitas	90	-

9 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A Baneses registrou em 2014 déficit técnico acumulado de R\$ 25.706 (déficit de R\$ 25.541 em 2013), o qual possui natureza conjuntural e representa 1,93% das Provisões Matemáticas. Por tanto, à luz da legislação vigente, seu equacionamento é voluntário, sendo desnecessário a instituição de contribuições amortizantes para o exercício de 2015.

10 - EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com a Instrução PREVIC nº 019, de 04 de fevereiro de 2015, através do seu Art. 16, a Baneses não adotará, no exercício de 2014, as regras das Resoluções nºs. 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, por serem facultativas para o Plano de Benefícios, e que futuramente poderão impactar a situação econômica e financeira do Plano de Benefícios. Estas regras serão obrigatórias e seus efeitos se darão a partir do encerramento do exercício de 2015.

Jussara Gonçalves Vieira
Diretora Superintendente
CPF: 474.853.707-82

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

Ricardo Gobbi
Diretor de Seguridade
CPF: 838.558.157-04

Neusimar Nunes Gobbi
Contadora CRC ES 007791/0-5
CPF: 621.678.987-20

6 Pareceres

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES
Av. Princesa Isabel n° 574,
Ed. Palas Center, Bloco A, 16° andar
Centro - Vitória/ES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude

ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

ÊNFASE

Chamamos à atenção para a Nota 10, às demonstrações contábeis, que descreve a opção da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES em não adotar, no exercício de 2014, as regras das Resoluções nos 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, por serem facultativas para o Plano de Benefícios, de acordo com o art. 16, da Instrução PREVIC n° 019, de 04 de fevereiro de 2015, e que futuramente poderão impactar a situação econômica e financeira dos Planos de Benefícios. Estas regras serão obrigatórias e seus efeitos se darão a partir do encerramento do exercício de 2015. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 03 de março de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3 F-ES

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-30361 S-ES

PARECER ATUARIAL DO PLANO II DE APOSENTADORIA PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 31/12/2014

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano, referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube de Seguros, BANESTES Seguros e BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., em 31/12/2014.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2014.

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	2.082
Idade Média (anos)	45,24
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	19,69
Salário Mensal Médio (R\$)	5.165,50
Folha Anual de Salários (R\$)	139.809.346,82

Participantes Autopatrocinados

Descrição	
Número	65
Idade Média (anos)	44,67
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	20,65
Salário Mensal Médio (R\$)	4.351,28
Folha Anual de Salários (R\$)	3.676.833,16

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	2
Idade Média (anos)	52,84
Benefício Mensal Médio (R\$) ¹	N/A

¹ O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	1.553
Idade Média (anos)	63,30
Benefício Mensal Médio em R\$	4.327,29
Aposentados Inválidos	
Número	189
Idade Média (anos)	58,05
Benefício Mensal Médio em R\$	1.538,31
Beneficiários	
Número	251
Idade Média (anos)	65,93
Benefício Mensal Médio em R\$	2.781,52
Total	
Número	1.993
Idade Média (anos)	63,14
Benefício Mensal Médio em R\$	3.868,13

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2014. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados, refletindo o conceito de capacidade.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atua-

riais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ¹	5,75% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{1 2}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ¹	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ¹	Plano I (-2% a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ³	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral ⁴	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁵	AT-49
Tábua de entrada em invalidez ⁶	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

¹ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

² A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

³ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁴ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.

⁵ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁶ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela(s) Patrocinadora(s) e por estudos específicos realizados em 29/12/2014, que tomaram como base a população existente no(s) Plano(s) administrado(s) pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

A Mercer elaborou o estudo previsto na Instrução Previc nº 01, de 12/04/2013, contendo a metodologia adotada e as expectativas de taxa de retorno dos investimentos da parcela de benefício definido do Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, para subsidiar nas análises necessárias para a viabilidade da taxa de juros.

O estudo de ALM considerou cenário econômico e expectativas de retorno para classes de ativos, passivo atuarial e alocação dos investimentos. O cenário econômico foi definido pela Fundação em conjunto com a Mercer.

Com base no cenário e considerando todos os benefícios atuais e futuros, pagos na forma de benefício definido do Plano II de Aposentadoria, foi calculado o valor do retorno esperado.

O referido estudo indicou taxa de juros real ligeiramente superior à taxa de juros de 5,75% utilizada na avaliação atuarial. No exercício de 2015 o referido estudo deverá ser atualizado.

OPINIÃO DO ATUÁRIO

Com base nos resultados apresentados no estudo da Mercer concordamos com a definição da Fundação Ba-

nestes de Seguridade Social - BANESES da taxa de juros de 5,75% a.a., considerando a proposta compatível com o retorno dos investimentos apontados pelo estudo de ALM e em linha com as definições do Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

A taxa de juros proposta está em linha com o resultado do estudo elaborado para Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e atendem a limitação legal máxima para 2014 de inflação + 5,75% a.a., prevista na Instrução PREVIC nº 01, de 12/04/2013.

Ressaltamos que as taxas de retorno esperadas apresentadas pelo estudo se baseiam em uma carteira e somente se confirmarão se a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES efetivamente manter a alocação dos investimentos prevista e as premissas econômicas se confirmarem.

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 e Resolução CNPC nº09/2012, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2014 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2014.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.320.201.813,06
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.304.414.240,99
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.330.120.430,49
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	903.075.442,04
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	903.075.442,04
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	792.491.298,01
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	110.584.144,03
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	427.044.988,45
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	380.753.728,89
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	165.167.627,99
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	215.586.100,90
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	46.291.259,56
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	46.291.259,56
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-



Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	25.706.189,50
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	25.706.189,50
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	25.706.189,50
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	15.787.572,07
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.787.572,07
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31/12/2014, Plano este que se encontra fechado para novas adesões.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

A) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

B) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);

C) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);

D) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);

E) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos o Déficit de R\$ 25.706.189,50 em 31/12/2014, decorre da não amortização do valor apurado no exercício de 2013.

O principal fator que levou ao Déficit de 2,71% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

CUSTOS

O método atuarial agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o re-

dimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, no caso da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES os compromissos, na modalidade benefício definido, já se encontram totalmente integralizado, sendo o custo descrito a seguir o percentual da folha salarial destinado à cobertura das contribuições previdenciárias da modalidade de contribuição definida e despesas administrativas:

Descrição	Custo em % da folha de salário de participação	Custo em R\$ de 31/12/2014
Total de Benefícios	14,39%	20.650.191,00
Administração	1%	1.434.861,80
Total	15,39%	22.085.052,80

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2014. Ressaltamos que durante o ano de 2015, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O critério para estabelecimento de contribuições amortizantes para equacionamento do déficit seria a repartição do resultado proporcionalmente às provisões matemáticas de benefícios concedidos, para os assistidos, e benefícios a conceder, para os participantes, cabendo à Patrocinadora a mesma parte destinada a cada um destes grupos.

Tal critério resultaria nas seguintes contribuições:

Cálculo do Custeio para Cobertura do Déficit

Ativos: 50% do Déficit de BaC;
Assistidos: 50% do Déficit de BC; Patrocinadora 50% de cada

Descrição	R\$	%
Participante	195.089,21	0,02%
Assistido	12.853.094,75	1,56%
Patrocinadora	12.658.005,54	1,39%
	25.706.189,50	

Contribuição Anual para Cobertura do Déficit

Ativos: 50% do Déficit de BaC;
Assistidos: 50% do Déficit de BC; Patrocinadora 50% de cada

Descrição	R\$	%
Participante	21.577,98	0,02%
Assistido	1.421.625,73	1,56%
Patrocinadora	1.400.047,75	1,39%
	2.843.251,46	

Os percentuais apresentados estão livres da taxa de administração e são incidentes sobre os salários no caso de participantes ativos e da patrocinadora, e sobre os benefícios líquidos no caso de assistidos.

O déficit apurado em 31/12/2014 tem natureza conjuntural e representa 1,93% das Provisões Matemáticas. Portanto, à luz da legislação vigente, seu equacionamento é voluntário, sendo desnecessária a instituição de contribuições amortizantes para o exercício de 2015.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

PATROCINADORA

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 6,34% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,84% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 9.820.241,90 em 31/12/2014).

PARTICIPANTES ATIVOS

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Básica:** Corresponde, em média, a 8,05% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,55% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 12.264.810,90 em 31/12/2014).

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1% (0,5% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,5% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E DEPENDENTES COM BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
 - Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
 - Contribuição de 5,2% do benefício.
- Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
 - Contribuição Extra, prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%;
 - Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Massa Masculina Inscrita até 23/01/1978

Faixas Salariais R\$	Percentual %	Parcela a Deduzir - R\$
Até 1.468,11	2,85	0,00
De 1.468,12 a 2.936,22	4,75	27,89
De 2.936,23 a 8.808,66	17,10	390,52
Acima de 8.808,66	20,90	725,25

Massa Feminina Inscrita até 23/01/1978

Faixas Salariais R\$	Percentual %	Parcela a Deduzir - R\$
Até 1.468,11	3,00	0,00
De 1.468,12 a 2.936,22	5,00	29,36
De 2.936,23 a 8.808,66	18,00	411,07
Acima de 8.808,66	22,00	763,42

Massa Inscrita após 23/01/1978

Faixas Salariais R\$	Percentual %	Parcela a Deduzir - R\$
Até 1.468,11	2,55	0,00
De 1.468,12 a 2.936,22	4,25	24,96
De 2.936,23 a 8.808,66	15,30	349,41
Acima de 8.808,66	18,70	648,90

Participantes “Fundadores” inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da BANESES está deficitário, entretanto, de acordo com a legislação vigente, tal valor não será objeto de equacionamento no presente exercício.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2015.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho

M.I.B.A. n° 920

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2014.

Eliégina Wagna
Oliveria da Silva
Presidente

Anselmo Custódio
Lamas Lopes
Conselheiro

Nilson Elias Tristão
Conselheiro

Ronaldo Hoffmann
Conselheiro

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer dos Atuários Externos e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2014.

Vitória (ES), 20 de março de 2015.

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 26 de março de 2015, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2014 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados

Mônica Campos Torres
Presidente

Jovenal Gera
Conselheiro

Lúcio Carlos Faller Pereira
Conselheiro

Réveles Belarmino dos Santos
Presidente

Sandro da Silva Martins
Conselheiro

Tarcísio Ceotto Malheiros
Conselheiro

pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2014.

Vitória (ES), 26 de março de 2015.

Patrocinadores: Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguro e Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES. **Conselho Deliberativo:** Mônica Campos Torres (Presidente), Réveles Belarmino dos Santos, Cláudia Valli Cardoso Machado, Jovenal Gera, Júlio César Gomes e Sandro da Silva Martins. **Diretoria Executiva:** Celso Cláudio Simões (Diretor Superintendente), Katya Elvira Paste (Diretora de Investimentos) e Ricardo Gobbi (Diretor de Seguridade). **Conselho Fiscal:** Eliégina Wagna O. da Silva (Presidente), Ronaldo Hoffmann, Nilson Elias Tristão e Anselmo Custódio Lamas Lopes. **Jornalista responsável:** Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES). **Projeto Gráfico e Editoração:** Bios.



BANESES

FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL